



Da guerrilha à imprensa feminista

From guerrilla to feminist press

Renate Gierus *

Resenha de | Review of:

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013. 312 páginas.

Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980) é um livro de muita atualidade, considerando o panorama político no qual o Brasil atualmente se encontra, com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, e com a assunção de um governo interino pelas vias de um impeachment questionável. Este, sem dúvida, é um aspecto injusto, sexista e misógino na e da política brasileira, faces de um poder elitista, individualista e economicista.

Escrito por Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha Teles) e Rosalina de Santa Cruz Leite, ambas ex-presas políticas, o livro mostra como (re)nasce uma escrita pública de mulheres no contexto da ditadura militar. As mulheres sentem como tarefa o definir-se como feministas e, ao mesmo tempo, definir aspectos do feminismo. Estão na luta dos movimentos de mulheres, afirmam-se (e à própria luta) a partir deles. Refletem e reflexionam estes lugares, de onde vem a inspiração para produzir dois jornais, o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*.

A cada novo capítulo do livro vêm impressas as capas das diversas edições destes dois jornais. O *Brasil Mulher* foi publicado durante cinco anos, e o mesmo ocorre com *Nós Mulheres*; o primeiro contou com 17 edições, acrescidas de três extras, e o segundo contou com oito edições. Analisando as capas destas publicações, uma maneira alternativa de documentação histórica, é

* Teóloga feminista, pastora luterana, doutora em Teologia, com ênfase em história feminista do cristianismo. Integrante do Núcleo de Pesquisa de Gênero (Faculdades EST). Integrante da coordenação executiva do Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), na função de coordenadora pastoral e programática. Contato: <comin_coord@est.edu.br>.



possível dar-se conta do que construiu e como foi constituída a imprensa feminista no Brasil desta época, uma imprensa nascida na e da guerrilha. Ambos os jornais têm sede em São Paulo.

O período retratado visibiliza as mulheres que vivem seu exílio “em países da Europa, da África ou nos Estados Unidos”² e que propõem novas visões de feminismo, o que, ao mesmo tempo, entra em conflito com ações e pensamentos das que vivem e sofrem a ditadura no cotidiano brasileiro. “As brasileiras feministas exiladas achavam o jornal [*Brasil Mulher*] atrasado, divulgador de um feminismo tímido”.³ Estas e outras diferenças acabaram levando mulheres a sair da redação dos jornais, criando ou unindo-se a outro. Rachel Moreno fala da cisão do *Nós Mulheres* e sua expulsão do jornal. A redação e a escrita, a divulgação de ideias e ideais políticos, o questionamento de poderes e a ressignificação de valores são espaços de formação. Muitas mulheres que faziam parte da redação de um dos dois jornais elaboraram (ou firmaram) seu feminismo neste e a partir deste espaço. Esta função dos dois jornais é de importante destaque.

Tanto a guerrilha quanto a imprensa feminista estão localizadas no contexto histórico da ditadura militar no Brasil. As mulheres lutavam pelos mais diversos temas (custo de vida, anistia, eleições), seja na rua, seja nas pautas impressas. O objetivo era publicar esta diversidade. As autoras do presente livro abrem brechas e memórias para a verdade de um tempo de “Roda Viva”. Seu prefácio é escrito por Margareth Rago, professora colaboradora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O sumário traz uma seleta reflexão dos poderes e das políticas, como a eclosão da primeira greve operária, o projeto editorial gráfico do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, um memorial dos dois jornais, uma análise das matérias publicadas neles, tensões e ambivalências do protagonismo feminista, a história de vida de onze protagonistas da imprensa feminista de 1975-1980, as manifestações de temas sociais que atingem as mulheres diretamente, questões de sexo e sexualidade, questões teóricas do feminismo. Interessante observar que a conclusão do livro é de que a imprensa feminista ganha as ruas. Isso mostra que o movimento é cíclico, pois, para constituir-se como imprensa feminista, as ruas encheram os artigos dos jornais; em seguida, os jornais são usados nas manifestações de rua, para fortalecer tanto o movimento de mulheres como o feminista. Esta circularidade é um aprendizado para a época que vivemos, em que importa estabelecer redes entre movimentos, ruas, academias, saberes, fazeres e sentires.

Três capítulos são destacados aqui por trazerem aspectos históricos, de comunicação e de incidência para os debates no cotidiano da política e do poder: o capítulo 5, pela análise de um período histórico difícil para a comunicação e, ao mesmo tempo, protagônico para muitas mulheres; o capítulo 6, por aproximar um público maior à vida de mulheres, a partir e através das suas

² Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 54.

³ Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 73.

histórias, do seu cotidiano, eixo fundamental para pensar e registrar qualquer período histórico; e o capítulo 7, pautado no som das ruas, nas lutas por inclusão de temas candentes para as mulheres, consideradas responsáveis por duas questões políticas: encher as panelas para suas famílias e promover a democracia.

Comunicar e protagonizar. A identificação e a divergência andam juntas, no contexto histórico e social dado por este livro. Enquanto mulheres se declaravam feministas, identificando-se assim com a causa, outras questionavam sua origem e procedência, fazendo surgir divergências nas equipes que compunham os dois jornais, em aspectos que aparentemente poderiam ser irrelevantes como “diferentes gerações”, diferentes “experiências anteriores” ao trabalho no jornal, até a “forma de adesão à militância feminista”⁴ foi motivo de atrito. Longe de considerar divergências e atritos tão somente como algo comum em grupos, estas situações mostram a diversidade de mulheres engajadas na guerrilha, na imprensa feminista, no exílio, nos jornais e em seus bastidores. As autoras justamente enfatizam a dificuldade de narrar uma época, a partir de seus discursos. Qual é o modo de lembrar (memória) das mulheres que viveram aquela época? Qual foi o cotidiano dos jornais? Quais questões eram de interesse das mulheres que elaboravam pautas e das mulheres que, na rua, reivindicavam comida na mesa a preço acessível?

No Rio de Janeiro, como em São Paulo, o feminismo floresceu nesse período, e o jornal *Brasil Mulher* teve aí uma importante sucursal, com um coletivo de mulheres de classe média, de mulheres jovens, que exerceram influência não apenas nos grupos do Rio e de São Paulo, mas nos núcleos de todo o Brasil.⁵

Histórias de vida e cotidiano. Mulheres protagonistas de um período são retratadas e desveladas neste capítulo, com destaque a onze nomes. Terezinha Zerbini defendeu a anistia a presos políticos em público, lançando o Movimento Feminino pela Anistia. Casou-se com o general Euryale de Jesus Zerbini, com quem teve uma filha e um filho. Joana D’Arc Bizzotto Lopes, fundadora e idealizadora do jornal *Brasil Mulher*. É natural de Belo Horizonte, filha de pai militar. Beatriz (Bia) do Valle Bargieri foi militante da Ação Popular⁶ no Rio de Janeiro. Desde cedo, sentiu as diferenças impostas a meninos e meninas, mulheres e homens. Amelinha Teles também nasceu em Minas Gerais, na cidade de Contagem. Fez parte do *Brasil Mulher* e da Sociedade Brasil Mulher⁷ desde 1975. Rosalina Santa Cruz Leite nasceu em Recife e aprendeu com o pai, médico sanitário, a respeito da justiça, solidariedade e autonomia. Estudou em escola de freiras beneditinas e questionava dogmas religiosos. Iara Prado fazia pré-vestibular em 1967, época em que iniciou sua militância política. Participou da edição da revista *Revisão*, na qual se publicava, entre outros, teses do Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) e matérias sobre o

⁴ Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 118.

⁵ Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 119.

⁶ A Ação Popular nasceu da atuação de militantes jovens da Juventude Universitária Católica em 1962, em Belo Horizonte.

⁷ Sociedade Brasil Mulher é o órgão que publica o jornal *Brasil Mulher*.



Vietnã. Vera Soares é natural de São Paulo, de família simples, como ela mesma define. Na época de seu ginásio, participou da Juventude Estudantil Católica (JEC). Fernanda Carneiro fazia parte do *Brasil Mulher* no Rio de Janeiro. A pergunta “O que eu quero mesmo fazer?”, dirigida a ela por Roberto Freire, levou-a à militância feminista. Rachel Moreno é imigrante judia, vinda do Egito em torno de 1957. Ela e sua família foram albergadas pela comunidade judaica de São Paulo, possibilitando acesso gratuito à escola. “[Foi] uma das primeiras mulheres a tomar a iniciativa de fazer o jornal [*Nós Mulheres*]⁸. Maria Quartim de Moraes tornou-se viúva de Norberto Nehring⁹ muito cedo, aos 26 anos, com uma filha de seis (Marta Nehring) para criar. Diz-se feminista pelas publicações de Simone de Beauvoir. Renata Villas Boas, a partir de sua participação em grupos de mulheres, aderiu à iniciativa de produzir o *Nós Mulheres*, do qual foi diagramadora. Na divisão do jornal, ela ficou com o grupo ligado à Associação de Mulheres, que realizava atividades de estudos e publicações, na intenção de ampliar o movimento de mulheres no Brasil.

Incidência. Uma das capas do jornal *Brasil Mulher* traz como título “Mulheres lideram Associação de Favelados no Rio”. Estes temas de incidência eram constantes não somente neste jornal, mas também no *Nós Mulheres*. O principal e inacreditável tema era a anistia política, abraçado por muitas mulheres (que poderiam ir presas por isso), na sua diversidade, convergindo a um “movimento de luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita”.¹⁰ Neste período também é criado o Movimento do Custo de Vida, nascido na periferia, local onde não somente as dores de desaparecimentos existiam, mas a fome também matava. Outro tema de incidência nos jornais era o das eleições, onde “a esquerda brasileira e os setores mais progressistas optaram por uma campanha de denúncia do regime militar”.¹¹

Estes três capítulos condensam assuntos complexos e imbricados, trazendo à tona uma realidade pouco falada e visibilizada, mas que compõe a história das mulheres brasileiras. Que a democracia e a justiça sirvam de base para a construção de mídias transparentes, honestas, feministas e independentes.

[Recebido em: junho de 2016 /

Aceito em: julho de 2016]

⁸ Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 83.

⁹ Norberto Nehring foi “economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, da Ação Libertadora Nacional (ALN), quando foi preso, torturado e morto”. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/norberto-nehring/>>. Acesso em: 31 maio 2016. A família de Norberto Nehring pede à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo que reveja sua certidão de óbito. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-27/familia-de-norberto-nehring-torturado-e-morto-durante-ditadura-pede-revisao-da-certidao-de-obito>>. Acesso em: 24 maio 2016.

¹⁰ Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 177.

¹¹ Cf. Da guerrilha à imprensa feminista, p. 195.